

Duarte Nunes de Lião, *Origem da língua portuguesa*, 1606 (meus grifos):

Era a língua Portuguesa na saída daquele cativoiro dos Mouros mui rude, e mui curta, & falta de palavras, e cousas, por o mísero estado, em que a terra estivera: o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castela [1076-1109], e no do Conde dom Henrique [1139-1185] até o del Rei dom Dinis de Portugal [1279-1325] que teve alguma policia, e foi o primeiro que pos as leis em ordem, e mandou fazer compilação delas, e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Provençais, como se **melhorou** a língua Castelhana em tempo del Rei dom Afonso o sábio [1252-1284] seu avô, que mandou escrever a crônica geral de Espanha, e compilar as sete partidas das leis de Castela, obra grave, e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou traladar muitos autores da língua latina na Castelhana. E assi se foram **ornando** ambas as línguas, Portuguesa e Castelhana até a **policia** em que agora estão.” (Lião, 1606:30-33; minha edição)

Pero Magalhães de Gandavo, *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, 1574:

(Falencio): La causa señor Petronio, de vuestra lengua ser juzgada por essa (no solo de todas las naciones del mundo, mas aun de los mismos Portugueses que la poseen) es por que en su principio como se puede ver en el language de algunas historias y cronicas antiguas de Portugal, usavan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significación y origen. Y después conociendo los hombres por el tiempo adelante la impropriedad, y poca policia deste language, vinieron poco a poco **apurandolo con derivar y componer vocabulos** de diversas lenguas **ayuntandolos** ala suya: y así con favor delas agenas **suplieron muchos defectos** que ella en si tenia. Por donde se no puede llamar verdadero Portugués el que agora en estos tiempos usais, sino el antiguo que en principio se usava, como ya tengo dito. Y por esso con razón llaman todos a esta lengua bárbara, que en la realidad dela verdad lo és, pues de si es tã pobre, y tan poco polida, que sin ayuda delas otras quedaria tan ruda y tosca, que en estos tiempos no se poderia oír, ni aun entender delos mismos Portugueses. (p. 4-6)

Ivo Castro, *Introdução à história da língua portuguesa*, 2004:

Para Ivo Castro, a história da língua portuguesa se define pelos sucessivos ciclos de expansão que refletem “a *história da ocupação do território, a formação do estado e os grandes movimentos da nação*”.

“O primeiro movimento a considerar pode ser apresentado como uma transplantação inicial da língua, que parte de sua área inicial na Galesia Magna para se derramar pelo resto do território europeu, onde se sobrepõe ao árabe que as populações reconquistadas falavam. O segundo movimento, igualmente para o sul, consiste em um salto para fora da Europa. Com as Descobertas, a língua instala-se em ilhas atlânticas desabitadas, nos litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e ainda no litoral brasileiro.”

“Estes dois movimentos sucessivos de crescimento da língua portuguesa permitem-nos reconhecer a presença e a acção de dois ciclos evolutivos, separados por uma cesura no séc. XV:

(a) o ciclo da Formação da Língua, que decorre entre os sécs. IX e XV na esteira da Reconquista do território dos árabes; os povos do norte transplantaram a sua língua para o sul, onde ela se transformou pelo contacto com a língua local e ganhou, a partir do séc. XV, ascendente sobre os dialectos do norte, tornando-se base de uma norma culta de características meridionais, que seria vista como a língua nacional;

(b) o segundo ciclo é o da Expansão da Língua: o período do séc. XV a inícios do séc. XVI é aquele em que a língua mais radicalmente se transfigura. Enquanto se reestruturava e consolidava dentro de portas, a língua portuguesa começa a expandir-se para fora da Europa, pelo que, a partir de então, é preciso distinguir entre português europeu e português extra-europeu”.

(...) “Discute-se se o galego e o português fizeram caminho juntos durante muito ou pouco tempo. (...) Como seria na Idade Média? Os trovadores - galegos, portugueses e castelhanos - escreviam todos na mesma língua, mas era uma língua artificial e não necessariamente a língua que cada um falava. Nessa língua literária, (...), não se observam traços que apontem para uma separação regional, mas dificilmente os poetas, ao falar, usariam dessa língua unificada. Pode ser que o galego e o português já estivessem a se separar. De qualquer forma, a sua separação definitiva ocorreu no final do ciclo em exame, através de um **episódio intercalar de elaboração da língua**, processo coincidente e decerto relacionado com **as grandes alterações sociais e políticas** já referidas. (...) Enquanto o centro-sul se torna cada vez mais influente, o

norte de Portugal perde o estatuto de berço do reino e passa a ser visto como uma província distante. É a Galiza, com a qual tem as maiores afinidades, torna-se ainda mais distante. As transformações que o português então sofre afastam-no da matriz medieval galego-portuguesa (...). Na soma dessas mudanças reconhece-se **um processo de elaboração linguística, um acto de recusa das origens** com o qual a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e de crescimento, que precede um pouco o final da Idade Média". (2004:86-87)

Fernando Vasquez Corredoira, *A Construção da língua portuguesa frente ao castelhano*, 1998:

As profundas transformações económicas, demográficas e culturais, início de uma sociedade urbana e mercantil, que se desenvolvem na derradeira fase da Idade Média, geram a emergência de novas camadas sociais que buscam dotar-se de expressão própria que as distinga. Nasce, então, em certos grupos de *notáveis a vontade de inventar uma língua*, prestigiosa como o latim. (1998:23)

Codificar (ou gramaticalizar) e **elaborar** significa, entre outras coisas, operar na língua escolhida uma formalização que tenda, idealmente, a torná-la unitária. É intervir culturalmente na língua, considerada, portanto, objeto sobre o que se pode e deve agir conscientemente a fim de plasmar conforme ao modelo visado. É o que os gramáticos renascentistas exprimem ao falarem de uma língua *sujeita a arte* (1998: 26).

Os primeiros gramáticos portugueses, como os seus contemporâneos de outras terras, ocupados de preferência em *codificar ortograficamente* e **nobilitar** o vernáculo do Reino, não se cuidam muito de reprovar determinados usos (embora não falem propostas corretoras). Daí que os listados de vocábulos a preferir, confrontados com aqueles a evitar, sejam de reduzida extensão. Posteriormente (séculos XVII e XVIII), observa-se que aumenta a atenção correctora dirigida a reprimir as formas ruins. (1998:58, meu grifo)

As gramáticas renascentistas, tem se dito inúmeras vezes, são consequência e instrumento de um ideal expansivo tanto funcional como espacial. Menos se tem notado o seu papel na **marcação da fronteira**. Face ao *continuum* dialectal da oralidade, impreciso, de transições insensíveis, a codificação da língua ligada ao centro de poder, impondo limites certos, **define um espaço** (o do *próprio* frente ao *outro*, o do *nós* face ao *eles*). Significativamente, as primeiras gramáticas vulgares são contemporâneas ao desenvolvimento dos estudos cartográficos e ao traçado de uma linha de alfanega a determinarem exactamente a fronteira entre os reinos. A codificação linguística em todos os seus aspectos, nomeadamente no ortográfico, actua, assim, em paralelo, contribuindo para construir a diferença. (1998: 33)

A escassa distância linguística entre o português e o castelhano surge como uma dificuldade a mais no esforço persuasivo. (...) Os autores portugueses têm consciência de que tão estreita semelhança linguística representa uma **ameaça para a nobilitação da língua**, porquanto podia questionar-lhe a autonomia" (1998:51)

"É ponto assente que a norma-padrão portuguesa se constitui sobre as bases dos falares da região centro-sul. É neste território que se situa a Universidade, o mosteiro de Alcobaça, a Corte, e o "centro político da nação". Desde cedo, Lisboa torna-se o principal pólo económico e a capital política do Reino. A expansão ultramarina acentua ainda a sua posição dominante no conjunto do país. A hipertrofia lisboeta, notam geógrafos e historiadores, é elemento fundamental na estruturação de Portugal". (1998:57).

E. Eisenstein, *A revolução da cultura impressa*, 1998:

"A imprensa 'preservou e codificou, por vezes chegou mesmo a criar', alguns idiomas. Sua ausência entre pequenos grupos linguísticos, durante o século XVI, 'levou comprovadamente' ao desaparecimento ou exclusão de seus idiomas vernáculos do domínio da literatura. Sua presença no interior de outros grupos, no mesmo século, assegurou a possibilidade de reavivamentos intermitentes ou contínua expansão. Havendo fortificado as paredes linguísticas que separavam grupos distintos, os impressores mais tarde tornaram homogêneo tudo o que se encontrava no interior dessas paredes, eliminando pequenas diferenças, padronizando o idioma para milhões de escritores e leitores, conferindo papel periférico aos dialetos provinciais. A preservação de uma determinada língua literária dependeu frequentemente de que, no século XVI, tivessem ou não sido impressos em vernáculo na região (sob os auspícios nacionais ou estrangeiros) algumas cartilhas, catecismos e bíblias. Em caso afirmativo, ocorria a subsequente expansão de uma cultura literária 'nacional' separada. Quando não foi esse o caso, desaparecia um dos pré-requisitos para que brotasse a consciência nacional; e o dialeto falado manteve seu carácter local".